
“Eu sou caucasiana”: sutileza e vilania do projeto de branqueamento brasileiro¹

Rosa Lucia Lima da Silva CORREIA²
Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL

RESUMO

Discute-se aqui um caso de racismo de entretenimento. O texto é resultado de uma pesquisa bibliográfica fundamentada principalmente em autores que tratam sobre relações étnico-raciais e apresenta o racismo como uma tecnologia de poder e um complemento do projeto de branqueamento do Brasil, que se atualiza e se refunda através da educação e da comunicação de massas.

PALAVRAS-CHAVE: racismo; branqueamento; branquitude; educação; comunicação.

DISCUSSÃO

Estes dias estava na recepção do consultório médico e ao meu lado estava uma mulher negra de cabelos loiros. A sua presença era um acontecimento em meio à monotonia do lugar. E isso me lembrou de um vídeo, de mais de um ano atrás, que vi em perfis e canais de fofoca e humor: uma mulher negra que considerava que a cor extremamente clara de seus cabelos era mais que um atributo de beleza, era um sinal distintivo da identidade social que almejava. Esse fato, diferente de outros casos de racismo que também se tornam entretenimento, busca por audiência e transformam a tragédia da raça no Brasil em conteúdos de exploração midiática como outro qualquer, tinha uma perspectiva inesperada em sua aparente normalidade.

Porque eu não gosto de gente ó, escura que nem você. Eu não suporto. Eu sou caucasiana. Meu cabelo é liso, natural. Pegue aqui para você ver, sem nenhuma química. Essa é a fala de uma mulher inegavelmente negra de cabelos loiros, visivelmente modificado por alisamento e tintura, que agrediu verbalmente uma outra mulher negra numa loja de conveniência em Salvador em maio de 2023. Toda a interação foi gravada pela vítima de racismo e amplamente noticiada, especialmente por canais de *reacts* do You Tube, que receberam muitos likes aumentando sua visibilização por causa da cena. À primeira vista chega a ser realmente muito engraçado uma mulher de pele escura dizer com toda seriedade e convicção que é caucasiana (definição racial do século XVIII para pessoas de pele branca). Mas, pior que Will Smith, que demorou

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico do XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Curso de Relações Públicas e vice-coordenadora do Neabi-UFAL, e-mail: rosa.correia@ichca.ufal.br.

alguns segundos para reconhecer a piada de mal gosto feita com sua esposa por Chris Rock durante a cerimônia do *Oscar* de 2022, eu demorei mais de um ano para perceber que aquela cena era muito mais pavorosa do que engraçada: uma pessoa negra vangloriando-se de ser caucasiana e ofender uma outra pessoa negra no estado mais negro do Brasil.

Aquela cena não era mais um episódio comum de racismo, de fácil reconhecimento pelo uso de palavras e gestos edazes ou práticas desqualificadoras, ou como tantas outras que acontecem diariamente e matam cerca 1 pessoa negra a cada 23 minutos no Brasil e matou 76,5% de pessoas negras em 2022 (Cerqueira; Bueno, 2024). Aquela era uma cena, a meu ver, amplificada, com camadas, com duas vítimas, que demonstrava a continuidade de um projeto antigo, sagaz, virulento e de uma finesse que embota todos os olhos desatentos. Esse projeto a que me refiro, o artil a que me reporto é o do branqueamento. Uma prática discursiva que envolve desde a pouca discussão sobre as histórias e culturas não-brancas, a construção de uma história única, hegemônica, marcada por concepções eurocêntricas, até a interdependência entre os poderes políticos e midiáticos que tornam invisíveis intenções, estratégias e formatos utilizados para “a manipulação, o controle, o silenciamento e a repressão” da sociedade (Weber; Coelho; Locatelli, 2017, p. 12).

O branqueamento é um projeto que nasce e se justifica com o domínio colonial e a exploração do europeu sobre outros povos e sociedades, considerados diferentes e, portanto, inferiores ou primitivos, e, nesta perspectiva, dignos de evangelização e de submissão. É nesta perspectiva racista, sustentada pela ciência e pelo cristianismo da época, que vai sendo tecido o Brasil: uma nação atrasada, impura, degenerada, majoritariamente não-branca (Silveira, 1999).

No início do século XX a incivilidade brasileira, ou o problema étnico-racial da nação, encontra solução: a miscigenação, a purificação pelo sangue branco, afirma a historiadora Lilia Shwarcz (1993). Não se trata apenas de casamento interracial, mas de incentivar sequestros e estupros de mulheres negras e indígenas por homens brancos, de diminuir o contingente não-branco, trazendo europeus e asiáticos para trabalhar nas culturas de café e na indústria em desenvolvimento (aproveitando o fim da escravidão), e de um processo complexo de consumo e introjeção de valores, percepções e imagens brancas, europeizadas, que perdura quase inabalável até hoje, especialmente nos meios de comunicação.

Ser uma pessoa branca é ter um lugar de conforto na sociedade, entenda-se este conforto como sentir-se aceito socialmente, representado nos comerciais, não sofrer nenhum tipo de discriminação ou olhar desagradável, estar próximo do padrão de beleza vigente, ou seja, é estar numa posição que tem vantagens, qualidades e direitos que são intrínsecos à pele clara – o que se chama, na verdade, de privilégio branco ou branquitude (Schucman, 2012). Esse privilégio, uma construção cultural da sociedade brasileira, coloca o branco numa posição de normatividade, tendo bondade, beleza, moralidade, religiosidade entre outras características humanas e sociais superiores porque são atributos inerentes à clareza da pele. A branquitude não enxerga problemas em ser como é, porque ela não pensa sobre si, não questiona sua imagem, suas ações, palavras, todos os lugares que ocupa, se mesmo tem uma identidade. Branco não é raça, branco é a norma. Ora, é normal ver brancos em todos os lugares, especialmente se considerados bons: bons cargos, boas residências, bons restaurantes...

Mas realmente é normal vê-los sempre estampando todos os escaninhos da vida simbólica de uma sociedade formada por 54% de negras e negros e menos de 1% de indígenas? É. O pior que é. É normal, sim, em sociedades onde a colonização europeia se instalou, colocando as definições da vida europeia como universais, enfiando goela abaixo a hegemonia branca cultural, criar um ideal a ser perseguido exaustiva e ininterruptamente pelos não-brancos, instituindo um modelo eugênico social (Silveira, 1999) – o que explica porque nestas sociedades o racismo não é considerado um problema dos brancos, mas um problema dos próprios negros e dos próprios indígenas.

Exatamente por isso nesse caso da negra que se considerava caucasiana os comentários a respeito foram sempre os mais simples e rasos possíveis: *Não é possível, ou é maluca ou se faz! Ela queria era palco, viralizar*. E, claro, que no meio desse festival de senso comum, apareceu o clássico: *Como pode uma negra ser racista com outra negra? Tá vendo o racismo vem do próprio negro*. E aí chegamos no ponto que eu queria: o embotamento que o branqueamento (e a branquitude), produto da eugenia, do racismo institucional, midiático e científico (Silveira, 1999), produz especialmente no sujeito não-branco, no indivíduo racializado. A a finesse, o cuidado, a sagacidade, a sutileza que o projeto branqueador utiliza para transformar a vítima do racismo em agressora.

Essa é a vilania perfeita. E nessa hora sempre me lembro do professor Lepê Correia, ali de Pernambuco, que diz que um negro jamais é preconceituoso com outro negro, o que ele pode estar, na verdade, é ainda sem consciência de si, tão desiludido que está com a existência não-branca que não vê possibilidades de existir senão sendo branco. Negar a negritude e até odiá-la é, portanto, uma forma de (r)existência. Lepê, como todo bom educador negro, afirma que o negro distante de si e dos seus é mal-educado, maltratado e continua se maltratando, também maltratando outros, porque acha que esse é o caminho da redenção (branca).

Nem preciso dizer que não há redenção neste caso, né, o que houve foi uma espetacularização do ridículo, uma holofotagem, nos termos contemporâneos, da vilania. Por mais que esperneie, grite a todo pulmão que é caucasiana, que gaste todo dinheiro em tintura para descolorir o cabelo, aquela mulher não será vista pela sociedade como branca, apenas, no máximo, como um entretenimento. Isso acontece porque a identidade social de alguém é muito mais que o sentimento e desejo de pertencimento a um determinado grupo, trata-se da validação dessa pertença pelo grupo, ou seja, o seu reconhecimento como integrante pelos outros membros e pela sociedade. Assim, para ser branca mesmo, de verdade, a mulher em questão, precisa que todos em seu redor, não-brancos e brancos, vejam, digam, admitam que ela o é. E pela grande piada que virou, pela ridicularização da cena já se sabe o seu atestado.

A cena ainda nos revela outra coisa: o racismo não se reproduz apenas pela violência, pela agressão, seja ela de qual tipo for, mas também pelo simples fato de não se reconhecer, não querer mesmo, integrar um grupo para o qual majoritariamente tudo sempre vai mal: trabalha mal, mora mal, come mal. Esse grupo de pessoas integra os 80% da população que mais morre, 64% da população que está em privação de liberdade, 63% dos desempregados, 70% de pessoas em situação de rua, 69% dos que morreram por covid, entre outros rankings que colocam o grosso da população não-branca em situação de total desvantagem e miséria, na fundação incessante da naturalidade de sua vulnerabilização, invisibilização e desumanização (Cerqueira; Bueno, 2024).

Achar natural não ter pessoas não-brancas em vários locais, achar natural ver sempre pessoas não-brancas em posições subalternas, presas, morando mal, comendo mal, sem acesso à educação, saúde, dignidade, morrendo diariamente, são facetas do binômio racismo-branquitude que engendram a normalidade diária de um país

extremamente aporofóbico (fobia a pobres), excludente e violento, e que, culpabiliza, atormenta o próprio indivíduo, excluído e violentado, por não conseguir ser branco, além de praticar a necropolítica – o biopoder, o estado de exceção e a política da morte para negros.

Assim, o caso da mulher negra caucasiana considerada racista é emblemático porque demonstra que ao mesmo tempo que os brancos racializaram os corpos e as culturas não-brancas instituíram a chave para a interpretação do mundo: a racialização da sociedade, a necessidade de instituir marcadores de raça em todos os espaços-tempos brasileiros. Onde os marcadores não seguem a normalidade ou a normatividade branca o binômio racismo-branquitude procura, e acha, uma justificativa, geralmente alegando que a tradição está se perdendo, que o mundo está pior, de cabeça para baixo, até porque quando um grupo social majoritariamente vilipendiado, como o negro, consegue fazer algumas mudanças na sociedade leva consigo, no reflexo dos seus movimentos, outros grupos excluídos, como aconteceu com o as mulheres e os LGBTs, que se organizaram politicamente por seus direitos e contra a opressão.

A mudança social, a saída do lugar de sub-existência, dá liberdade e poder político, capital social, é uma luta por uma existência digna e contra a tradição escravagista, colonialista, que assola todas as relações sociais, lugares, públicos ou privados, e mentes brasileiras. O mando e a servidão (disfarçadas de obediência ou responsabilidade) são nossas características marcantes: em casa e na rua, como diz o antropólogo Roberto DaMatta (1997).

Por isso a educação e a mídia antirracistas é tão importante para esse processo, para que as pessoas racializadas, os não-brancos, aqueles assolados pela colonidade, entendam as naturalizações e embotamentos da sociedade eugênica, racista, brasileira. Refiro-me a discursos de base multiculturalista ou pluriétnica, que tratem das relações étnico-raciais, que dêem os mesmos exercícios de dignidade e visibilização às pessoas negras e indígenas. É preciso aprender, e ensinar, a ler o mundo, e isso significa racializar os espaços ou demarcar onde estão brancos e não-brancos, porque quando se faz isso fica claro o lugar do negro, do indígena e do privilégio branco; fica claro que esse projeto de branqueamento e que o pacto da branquitude existem e é perverso. E é ainda mais perverso fingir que ele não existe e que há oportunidades iguais para todos, que o problema de ser majoritariamente pobre é do não-branco, que não estuda, que não empreende, que prefere muitas vezes roubar e traficar a trabalhar, reproduzindo todos os

estereótipos e lugares sociais ensejados para os não-brancos desde a colonização: sem intelecto, preguiçoso, de má índole, que serve apenas para servir (Shwarcz, 1993). E, como todo mito, uma história real contada de forma fantástica e alegórica, esconde a verdade: que os não-brancos vivem nas bordas da sociedade, mendigando tolerância branca além de mais um dia de vida desde que os europeus chegaram aqui.

A educação e a comunicação, como ensinou Paulo Freire (2006), devem ser críticas, não simplesmente baseadas na transferência ou transmissão de um conhecimento ou informação, devem, ao contrário disso, ser fomentadoras da ação e do entendimento da significação do significado – ou seja, elas devem proporcionar a leitura do mundo e a consciência de si nele. E para ler esse mundo o indivíduo precisa primeiro ler a si mesmo e aos que estão ao seu lado. O contrário disso é a educação e a comunicação massificadas que vingou no nosso país - eugênica, racista, deliberadamente ignorante, patológica e mesquinha (Silveira, 1999), que silencia a contribuição das outras matrizes culturais e étnicas no processo de organização política e formação social brasileiros.

A educação e a comunicação de massas servem à tradição racista e branqueadora. O sistema de educação público, com a reforma do ensino médio, substituiu as disciplinas de reflexão histórica e social por atividades técnicas de trabalhos menores (como chamavam os gregos os trabalhos manuais e desvalorizados pela elite). Agora nas escolas públicas, criadas especialmente para pobres, que são não-brancos em grande maioria, se oferecem disciplinas técnicas, complementares, atividades laborais que parecem combinar com o perfil (estereótipo) do alunado – em detrimento da discussão sobre a formação história e a organização social parece ter se estabelecido na escola uma fábrica de fazer o pobre perfeito, aquele qualificado para estar em subempregos.

Se as instituições escolares fossem realmente um centro de educação para ler o mundo, um lugar para a construção de um país melhor, que reconhece e celebra as diferenças raciais e culturais, que estuda as diversas humanidades, que liberta a mente colonizada; se a mídia brasileira agisse realmente pelo interesse público, combatendo as tragédias resultantes da colonização, aquela mulher negra, que se autodenominou caucasiana, possivelmente não teria feito a cena que fez, ou não teria ganhado tanta notoriedade, dado tanto engajamento a canais de entretenimento e humor, e eu teria que ter procurado um outro caso emblemático para fazer esta reflexão.

O branqueamento é uma estratégia histórica, que se reatualiza, se refunda, na incapacidade dos indivíduos, especialmente os não-brancos, de compreenderem fenômenos e significados da sociedade racista e eugênica fomentada desde a colonização no Brasil. É um projeto que se utiliza da educação e da comunicação de massas para restringir ou anular a visibilização e compreensão das tragédias que engendra, e que, por fim, se institui como uma “tecnologia de poder” (Bento, 2002). Para dar conta da vilania e embotamento desse projeto a comunicação e a educação devem ser elevadas e conduzidas como um projeto pessoal e profissional, fala o professor Kabengele Munanga. Desse ponto de vista, as questões raciais não devem ser simplificadas e facilmente assimiladas como tema de entretenimento, mas problematizadas e exploradas com escrutínio – pelo menos para esse propósito, reflexivo, crítico, serviu o desatino da mulher negra caucasiana.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Maria Aparecida da S. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público.** (Tese de Doutorado) Instituto de psicologia da Universidade de São Paulo, 2002.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024.** Brasília: Ipea; FBSP, 2024.
- DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na constituição da branquitude paulista.** (Tese de Doutorado) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. **Revista Afro-Ásia**, núm. 23, 1999.
- WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (Org.). **Comunicação Pública e Política: pesquisa e práticas.** Florianópolis: Insular, 2017.